

A maior das crises nacionais não está acontecendo. Acontecerá, caso o plenário da Assembléia Nacional Constituinte confirme até o fim do ano a adoção do parlamentarismo híbrido consagrado no projeto Bernardo Cabral, e, ao mesmo tempo, fixe para 1988 a realização de eleições presidenciais diretas. Trata-se de duas fórmulas incompletas, altamente perigosas e incompatíveis. Juntas, levarão o País ao caos.

O raciocínio é do presidente José Sarney, mas não apenas dele. Percebe à totalidade de seus auxiliares e conselheiros, e era desenvolvido ontem no Palácio do Planalto ao tempo em que a Comissão de Sistematização começava a votar o sistema de governo. Para eles, a melhor solução estaria na preservação do presidencialismo e na fixação de cinco anos para os mandatos presidenciais, de agora em diante. Mas se a tendência constituinte for outra, como parece estar sendo, então que se adote o parlamentarismo clássico, de um lado, e, de outro, eleições gerais no ano que vem, para todos os cargos eletivos. Porque eleições apenas para presidente da República, como forma de superar a crise, misturadas com a proposta atual de parlamentarismo, determinariam na opinião pública frustração e reação muito maiores do que as verificadas, por exemplo, quando da renúncia de Jânio Quadros, da doença e morte de Tancredo Neves ou do fracasso do Plano Cruzado I.

A proposta de parlamentarismo, tal como vem sendo aprovada, consagra eleições diretas de presidente da República e dá ao ocupante desse cargo poderes meramente simbólicos. A tarefa de governar, quase por inteiro, passa a um primeiro-ministro escolhido pela maioria parlamentar. O resultado, caso se realizem eleições presidenciais no ano que vem, será a escolha do sucessor de Sarney por mais de 40 milhões de votos e, em seguida, o seu reconhecimento de não poder cumprir uma só de suas múltiplas promessas de palanque. A chefia do governo estará com um primeiro-ministro, saído das bancadas atuais. Pudessem rea-

O pior ainda está por vir

lizar-se eleições gerais, isto é, não só para presidente da República, mas para deputado federal, senador, deputado estadual, governador, prefeito e vereador, e ainda, seria possível compor o quadro. Afinal, quem votasse num determinado candidato a presidente estaria, pela lógica, votando nos candidatos a deputado e a senador da mesma corrente. O primeiro-ministro, assim, sairia de um conjunto mais ou menos homogêneo de forças. Se é para passar o País a limpo, vestindo-o com novas instituições a partir de uma nova Constituição, então que se adote a consequência lógica de consultar amplamente o eleitorado a respeito de quem deverá exercê-las. O povo poderá confirmar ou modificar a opção feita no ano passado.

Em contrapartida, se os interesses pessoais dos constituintes pesam tanto, a ponto de não admitirem submeter-se ao necessário crivo das urnas, então que tenham coragem suficiente para adotar o parlamentarismo clássico e despojar o futuro presidente da República da representatividade nacional advinda das eleições diretas. A isso, porém, suas excelências não chegam, temendo um convulsão determinada pela quebra do compromisso maior da Nova República, a escolha direta do presidente da República.

Receita de crise

Havia depressão, ontem, ao Palácio do Planalto, apesar da camuflagem. As decisões agora tomadas ou por tomar na Comissão de Sistematização não são finais. Poderão, mesmo com dificuldade, ser alteradas no plenário, o que não é fácil, dadas as tendências. E se não forem, eis a receita da maior das crises, com data marcada.

Não há como deixar de registrar certa decepção oficial diante de Au-

reliano Chaves. Paradoxalmente, ele foi o grande responsável pela decisão de o PFL continuar apoiando o governo. Apoiando? Mais ou menos. Ou apoiando como o PMDB apóia, isto é, apenas naquilo que consulte os seus interesses. Porque o ministro das Minas e Energia poderia muito bem ter aproveitado a oportunidade da confirmação do apoio ao governo para levar seu partido, na Comissão de Sistematização, a respaldar a permanência do presidencialismo e dos cinco anos de mandato presidencial. Aureliano, diante dessa questão, preferiu a fórmula acaciana de dizer que o problema é dos deputados e dos senadores, que ele respeitará. Ao fundo desse raciocínio encontra-se sua candidatura presidencial, obviamente favorecida se as eleições para a sucessão de Sarney forem marcadas para o ano que vem. Mas de que maneira imaginá-lo aceitando ser eleito para logo depois tornar-se a rainha da Inglaterra, dentro de um sistema de governo onde não terá poderes e, pior ainda, precisará indicar um primeiro-ministro do PMDB, banca majoritária? Quem mandará prender quem, diante do primeiro entreevo entre eles?

Ulysses Guimarães é outro a despertar as mágoas palacianas. Sentindo a tendência das bancadas de seu partido, omitiu-se na defesa do presidencialismo. Parece disposto a disputar a eleição presidencial dentro do parlamentarismo, imaginando poder manobrar, depois, um primeiro-ministro dócil e de sua escolha pessoal. Engana-se, já que o multifacetado PMDB o obrigará a mudar de primeiro-ministro três vezes por mês.

Por mais irônico que pareça, reconhecem os auxiliares do presidente José Sarney que os pequenos partidos, de esquerda, são os que vêm demonstrando maior coerência na questão do sistema de governo. O PDT e o PT aferram-se na defesa do presidencialismo. E pregam para o ano que vem não só eleições presidenciais, mas gerais.

Carlos Chagas